
**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO
ELETRÔNICO DA SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL**

**PROCESSO Nº 08455.011648 /2024-51
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.022/2024**

24.829.711,60

S.R Turan Consultoria pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 45.828.652.0001-54, sediada na Av. Atlântica, nº 56 – Centro - Magé/RJ., CEP 24.020-091, vem à presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/21 e no item 13 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.022/2024, apresentar, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1. DOS FATOS

A **SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL – RJ** iniciou o Processo Administrativo nº 08455.011648 /2024-51 na modalidade de Pregão Eletrônico registrado sob o nº 90.022/2024, cujo objeto é Contratação de serviços de apoio administrativo.

O objetivo da presente impugnação é a retificação do Edital, que visa, buscar a melhor proposta para à economicidade da Administração, respeitando os termos da legislação, bem como os termos da Convenção

Coletiva de Trabalho da categoria, que estabelece o piso salarial, e os demais benefícios aos trabalhadores.

Além disso, visa retificar alguns itens, que tem caráter restritivo, e outros excessivos ao objeto licitado, que pode viola os princípios da igualdade, isonomia e da concorrência, prejudicando a obtenção de preços mais vantajosos à Administração.

2. DA ADMISSIBILIDADE

Lei nº 14.133/21, ao tratar das impugnações, dispõe que:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Assim sendo, as empresas impugnantes são parte legítima para apresentar a presente Impugnação, e o fazem tempestivamente, devendo esta ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja processada e julgada, produzindo seus efeitos para o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 90.017/2024.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

O art. 37, inc. XXI da Constituição Federal determina que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

*XXI. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que **assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigação de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

O dispositivo supracitado positiva, em sede constitucional, o princípio da igualdade ou isonomia no âmbito dos procedimentos licitatórios.

O princípio é decorrência direta do direito fundamental à igualdade elencado no artigo 5º da Constituição da República e estabelece que,

em igualdade de condições jurídicas, a União, os Estado e os Municípios devem dispensar o mesmo tratamento aos seus administrados, sem estabelecer entre eles quaisquer preferências ou privilégios.

4. DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

O edital possui alguns vícios insanáveis que prejudicam a justa concorrência entre as empresas licitantes, afrontando diretamente nos princípios norteadores da lei da administração pública que decorre sobre o tema Licitações 14.133/21 e que necessitam de atenção, suspensão e retificação do edital.

Verifica-se de início a exigência de comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado na contratação prevista no Termo de referência em seu item 8.3.3, subitem c, o qual transcrevo:

Subitem c. *balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;*

É inconstitucional, tendo em vista que acarreta a restrição indevida à participação dos licitantes na disputa pública, em clara violação aos princípios norteadores do regime jurídico de licitações e contratos administrativos, entre os quais merece ser citado os princípios da isonomia e proporcionalidade.

A Lei 14.133/2021 não discorre acerca da indispensabilidade da garantia de 10% do patrimônio líquido, tratando-o como uma mera possibilidade e permitindo o critério do órgão público indicar uma garantia mínima que não seja inferior a 1% do valor contratado ou superior a 10%, conforme discorre o **artigo 58**, especificamente no inciso VI. O artigo trata das exigências de habilitação econômica e financeira dos licitantes.

O artigo 58, inciso VI, estabelece que o edital **PODERÁ** exigir, como condição de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo, conforme segue:

***Art. 58.** Para os fins do disposto no art. 67 desta Lei, que trata da habilitação dos licitantes, a Administração poderá exigir: (...)*

VI - comprovação de patrimônio líquido mínimo, no valor de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A determinação em edital é inconstitucional pelo simples motivo de que a regra supramencionada é incompatível com o art. 37, inciso XXI, da Carta Política de 1988, a seguir destacado:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Muitos órgãos públicos cometem equívocos em seus editais quando indicam de maneira insustentável a exigência de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado na contratação, o que desqualifica a participação de Micro e Pequenas Empresas. No presente certame tratando-se de um contrato com prazo de 30 meses, evidencia um alto valor global estimado.

Ademais, como se sabe, as exigências feitas a título habilitatório limitar-se-ão, estritamente, àquelas indispensáveis a garantir o domínio de conhecimento e a solidez financeira do potencial contratado em cumprir as obrigações por ele a serem assumidas. A assertiva é extraível do inciso XXI do art. 37 da Constituição da República:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No intuito de dirimir a não observância do princípio da isonomia, sugere-se a divisão por **lotes**, do referido certame ou a redução do percentual mínimo de patrimônio líquido ora exigido.

Com efeito, não há dúvidas que a exigência de garantia de proposta afeta a igualdade de condições a todos os concorrentes, ou seja, afeta negativamente os licitantes, implicando em custos e perdas, já que ao final do certame apenas um licitante deverá ser contratado para a execução do objeto previsto no edital. Todos os demais serão onerados com uma

obrigação desnecessária, e que não propicia qualquer vantagem para a Administração.

Inclusive é importante registrar que se eventualmente o licitante deixar de apresentar tempestivamente a garantia de proposta ficará configurado a ausência de requisito de participação, cabendo a sua imediata desclassificação do certame.

Por fim, devemos lembrar que a garantia de proposta somente poderá ser executada após regular processo administrativo prévio, em que seja assegurado ao licitante o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.

Outro item que interfere em um dos princípios basilares da lei de licitações o da proporcionalidade está contido **no item 6. Modelo de gestão do contrato, subitem 6.6, 6.7 e 6.8** os quais transcrevo.

***6.6.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado. **6.7.** O preposto não poderá ser um funcionário integrante do escopo contratual. **6.8.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto semanalmente 1 (um) dia na SR/PF/RJ, 1 (um) dia na DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ, e mensalmente deverá visitar as Delegacias Descentralizadas.*

Neste esteio, tal exigência não se apresenta compatível com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem orientar os atos da Administração Pública, ao passo que representam restrições excessivas capazes de reduzir e restringir o universo de participantes do certame e ainda violar a isonomia entre potenciais licitantes,

consequentemente, acarretando relevante redução da capacidade de obtenção de propostas mais vantajosa para a própria Administração quanto para o interesse Público.

Vale ressaltar, que a nova lei de licitações e contratos administrativos, art. 11, II, da Lei 14.133/21, mostra que um dos objetivos do processo licitatório é o de assegurar a justa competição, não suprimindo o citado subitem, caracteriza a limitação da competitividade, que é ilegal.

Outro ponto verificado, que merece atenção em virtude da inconstitucionalidade está contido no benefício referente a passagem do município de Macaé, pois a planilha de formação de preços, equivocadamente indica um valor irreal e inexecutável para o fornecedor.

O benefício de passagem a R\$ 1,00 (um real) para moradores de Macaé é parte do programa "Cartão Macaé", regulamentado pelo Decreto nº 081/2018 e instituído pela Lei Municipal nº 4.483/2018. Ele garante que os residentes cadastrados no município paguem apenas R\$ 1,00 (um real) no transporte coletivo urbano.

Neste contexto, o órgão público interfere no formato de contratação do funcionário, determinando que todos os funcionários contratados sejam necessariamente moradores do referido município, visando uma vantajosidade econômica ilegal, onerando desrazoavelmente o fornecedor, tornando o processo de contratação inexecutável

Estima-se que **cerca de 70% dos trabalhadores** em Macaé residem fora da cidade, principalmente em municípios próximos, como Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes.

Novamente, a não observância do princípio da isonomia torna de forma inequívoca a necessidade de **suspensão** do edital afim

de sanar os erros apresentados, visando o aperfeiçoamento e ampla concorrência.

Por fim, solicito a impugnação com medida suspensiva do edital para reajuste e readequação dos itens ora mencionados.

S.R. Turan Consultoria
CNPJ 45.828.652/0001-54
